

Informática para deficientes visuais

por

Isidro E. Rodrigues

Lisboa, 12 de Julho de 1995

Muito se tem dito e escrito acerca das potencialidades da informática no que concerne à criação de condições favoráveis ao crescimento intelectual dos deficientes visuais, ao seu acesso à informação, por forma a que o fosso que os separa neste domínio dos normovisuais possa ser progressivamente atenuado. Nela muitos tem visto uma panaceia que tudo soluciona; uma varinha mágica que elimina as barreiras que têm impedido estes deficientes de aceder à informação com as mesmas facilidades de que dispõem os que não têm qualquer limitação visual.

Naturalmente que o optimismo é saudável, é mesmo, na maior parte das vezes, louvável, gerador de uma predisposição que leva os indivíduos a usufruir a vida e tudo o que ela oferece de uma forma positiva, a extrair das coisas e das situações o melhor aproveitamento possível. Todavia, ele só o é em pleno, se tiver origem na reflexão, na ponderação dos prós e dos contras dos elementos que o motivaram. No caso vertente, a euforia tem sido o estado de espírito dominante, facto que tem dificultado a análise fria da situação e consequentemente tem favorecido o pleno êxito do marketing dos fabricantes e representantes comerciais.

Organismos e particulares têm adquirido equipamentos que a curto prazo revelaram não ser os mais adequados à concretização de actividades programadas, devido, por um lado, a não corresponder a realidade dos factos à literatura promocional, por outro, a não terem sido definidas com o necessário rigor as tarefas a realizar, para que se pudesse adquirir o equipamento mais adequado à sua execução, por outro, a ter existido, até há bem pouco tempo, insuficiente informação credível acerca dos materiais especiais, associada a alguma ignorância generalizada, no que respeita à área da informática.

Um outro aspecto da questão, que deve ser considerado, enquadrando-se na óptica cautelosa que gostaríamos ver ganhar força bastante para poder influenciar a tomada de decisões, prende-se com o facto de em regra se considerar que a informática é só por si um meio poderoso para colocar a acessibilidade à informação, por parte dos deficientes visuais, a um nível razoavelmente próximo daquele que é proporcionado aos indivíduos que não têm a embaraçá-los limitações visuais significativas, esquecendo-se que estes também, através da informática, têm hoje largamente aumentada a facilidade de acesso à informação, que cada vez mais assume o papel de determinante principal do sucesso das actividades humanas. O Homem é hoje senhor de uma imensa e diversificada informação, que ainda há bem poucos anos era inimaginável pudesse vir a atingir níveis tão elevados, tanto em termos de quantidade como de qualidade, e dispõe, para aceder-lhe rapidamente, de gigantescos meios tecnológicos que revolucionaram toda a actividade desenvolvida neste domínio. Se era já vultosa a informação registada em suportes tradicionais que diariamente era colocada ao dispor dos utentes normovisuais (inúmeras publicações monográficas, tratando todos os ramos do saber; incontáveis publicações em série, dando notícias mais ou menos detalhadas de todas as ocorrências em qualquer recanto terrestre, e focando os mais recentes avanços do conhecimento humano), se o acesso a esse enorme e valioso manancial estava já imensamente facilitado, com o desenvolvimento das novas tecnologias, a realidade modifica-se radicalmente, graças aos

diversificados e poderosos meios electrónicos que, por um lado, permitem o registo célere e fidedigno da informação em suportes magnéticos e, por outro, propiciam a todos, independentemente da distância a que se encontrem, uma incrível acessibilidade às fontes da mesma informação. Todas estas transformações, que trazem consigo incalculáveis benefícios, condicionam de tal forma o modus operandi e o modus vivendi da Espécie Humana, que pode hoje afirmar-se que está já cumprida a profecia de Alvin Toffler, autor dos livros "Choque do Futuro" e "A Terceira Vaga".

Sendo a informação um factor tão determinante e uma forte condicionante na actividade humana, será lógica a conclusão de que o Homem já não só "vale o que vale o método" (como afirmou Descartes), mas também vale consoante a rapidez com que acede à mesma informação, a capacidade de seleccionar aquela que no momento lhe é mais útil, o modo como dela se serve.

Tendo presente o exposto (ínfima parcela do que é possível dizer acerca de tão vasta matéria, que tantas e importantes implicações tem na vida activa do Homem), elegemos três situações, que pensamos poderem suportar com rigor as ilações resultantes da análise, mesmo superficial, desta problemática:

- 1 - O acesso à informação para os normovisuais é aquele que regista incremento mais elevado;
- 2 - este tem um crescimento igual, tanto para os deficientes visuais como para os que o não são;
- 3 - para os deficientes visuais, a acessibilidade à informação é a que atinge o crescimento mais elevado, a que sofre maiores e melhores beneficiações.

Face a estas três situações, somente a terceira (a menos viável) reúne os ingredientes motivadores do optimismo que se tem propagado por muitos sectores de actividade, ansiosos de há muito pelo progresso que tem tardado a chegar; a segunda, que embora em termos de nivelamento não determine qualquer modificação, gera, se o crescimento operado for significativo, condições favoráveis à implementação de projectos cuja concretização cabal não tem, até hoje, sido possível, e à concepção de outros que, em tempos não muito distantes, teriam sido considerados como autênticas utopias; a primeira (naturalmente a mais possível, por reunir todos os condicionalismos que lhe são favoráveis), que começa a dar sinais de um crescimento preocupante, principalmente nos países de débeis recursos económicos e/ou onde a sensibilidade social para com as problemáticas deste teor tem um significado diminuto e, muitas vezes mesmo, quase nulo, é hoje motivo de algum desencanto para os deficientes visuais dotados de capacidade para analisar e avaliar desapassionadamente e sem complexos, a realidade com que se confrontam, é, em muitos sectores de actividades prosseguidas a favor do desenvolvimento integral dos indivíduos portadores de deficiência visual, gerador de perturbações inconcebíveis, nos tempos pretéritos, e pode, se não se tomarem medidas adequadas, no domínio da informação, provocar, entre os que vêem e os que não vêem, um desnivelamento ainda muito mais abissal do que o já existente.

Sendo esta situação a predominante, não só nos países menos desenvolvidos como até mesmo naqueles em que os deficientes visuais têm à sua disposição os mais recentes e sofisticados meios tecnológicos que em função das suas limitações foram concebidos; sendo o nosso país deficitário em recursos económicos, tal como em sensibilidade social, não somente a nível do poder político como também das estruturas burocráticas, que é indispensável à tomada de medidas minoradoras dos efeitos negativos que resultam do facto de o acesso à informação, por parte dos deficientes visuais, não ter registado evolução significativa, enquanto sofre, para os normovisuais, um incremento de gigantescas proporções; constatando-se que entre nós (que, nesta matéria como em tantas outras da mesma natureza, não estamos, infelizmente, sós à face da Terra), o nível económico de

grande parte das famílias a que pertencem os deficientes visuais não se afasta muito dos limites da pobreza, o que impossibilita a aquisição de equipamentos especiais, de preço demasiado elevado, pois o Governo Português, ao contrário de quase todos os dos outros países da Comunidade Europeia e de muitos outros, espalhados pelos cinco continentes, não tem sido sensível para tomar medidas facilitadoras dessa aquisição, mediante o estabelecimento de participações sociais ou linhas de crédito a taxas de juro protegido; verificando-se que, no presente, o acesso a uma actividade profissional exige conhecimentos do funcionamento de meios tecnológicos modernos, nós, os deficientes visuais que temos a feliz possibilidade intelectual de analisar e avaliar a realidade circundante, retirando as devidas ilações sem nos deixarmos avassalar pela publicidade dos fabricantes e representantes comerciais, nem embalar pelo marketing político que frequentemente soa aos nossos ouvidos, temos sérias e justificadas razões para não nos iludirmos e enveredarmos por um optimismo que cada vez mais se torna difícil sustentar.

Com preocupações de melhor conhecer a problemática inerente às possibilidades que os deficientes visuais portugueses têm para aceder à informação, e comparar estas com as de que dispõem os que tiveram a felicidade de nascer em países mais evoluídos, procedemos, em 1991, a um estudo que nos permitiu, por um lado, quantificar e qualificar tanto os organismos que prestam serviços nesta área como os seus respectivos acervos bibliográficos e, por outro, analisar e valorar os meios que em países como os Estado Unidos, o Reino Unido, a Alemanha e outros de importância idêntica, são colocados à disposição dos seus naturais utentes, e ainda avaliar as significativas e louváveis actividades levadas a efeito pela I.F.L.A. (International Federation of the Library Association) que, através da sua Secção de Bibliotecas para Cegos, tem empenhadamente procurado estabelecer programas de desenvolvimento, para este sector especial de prestação de serviços, que sejam aceites e executados por todos os países nela federados. Muito embora o referido estudo, devido a escassez de fontes de informação disponível em suportes audiotácteis, não tenha correspondido à expectativa inicial, ele permitiu-nos, no entanto, retirar conclusões, das quais, com as devidas actualizações, relevamos as seguintes:

1 - Os deficientes visuais têm ao seu dispor somente uma ínfima parte da informação a que têm acesso, em condições muito favoráveis, os seus concidadãos normovisuais. Enquanto estes podem aceder a um incalculável volume de informação, que diariamente é produzido, aqueles têm à sua disposição, espalhado por todas as Bibliotecas Portuguesas para Cegos, um número de títulos inferior ao que muitos Portugueses usufruem em suas próprias casas. Existem, seguramente, bibliotecas pessoais com acervos muito mais vultosos do que os que as Bibliotecas Portuguesas para Cegos, no seu conjunto, colocam à disposição dos seus naturais utentes. Se considerarmos que um elevado número de títulos é comum a todas as bibliotecas, podemos inferir que, na melhor das hipóteses, ao somarmos, às quase 5000 espécies bibliográficas existentes na Área de Deficientes Visuais, as que somente existem noutras bibliotecas, um Catálogo Colectivo Nacional reunirá apenas cerca de 7000 unidades bibliográficas.

2 - Este tão exíguo volume de informação é proporcionado aos indivíduos portadores de deficiência visual por um número de Entidades já relativamente considerável, e que tende a aumentar, sem que se vislumbre a satisfação do objectivo fulcral, ou seja, a prestação de mais e melhores serviços aos que deles necessitam.

3 - A informação que anualmente é produzida, quer em áudio quer em Braille, é de uma exiguidade tal, que, de modo algum, se pode esperar que os fundos bibliográficos disponíveis nestes suportes possam crescer significativamente; e com estes a um nível que oferece poucas possibilidades de escolha, não é fácil motivar para a leitura, mesmo os que têm ainda o hábito e o prazer de com ela

conviver, e muito menos se pode esperar que, com uma oferta tão pouco convidativa, seja fácil aliciar outros para o ciclo dos que sentem o livro como um amigo.

4 - Em comparação com os nacionais dos países atrás referidos, os deficientes visuais portugueses, tanto no que concerne aos serviços que lhes são prestados directamente por Entidades Governamentais como no que respeita a equipamentos especiais que pessoalmente utilizam, podem-se considerar como Criaturas de outros tempos. Enquanto, entre nós, os serviços de leitura especial têm funcionado, em grande medida, por processos há muito abandonados pelos países abertos ao progresso, contribuindo para que a situação atrás espelhada tenha até aos nossos dias sofrido escassa evolução e os cegos portugueses continuem a usar instrumentos de trabalho tradicionais, os de outros países mais evoluídos acedem com enorme facilidade a vastas e importantes colecções documentais, existentes em suportes audiotácteis em bibliotecas especiais, e têm à sua inteira disposição sofisticados equipamentos informáticos que, por um lado, lhes permitem usufruir através de terminais Braille ou sonoros, não só informação registada em suportes magnéticos, como também, mediante scanner e respectivo OCR (Optical Character Recognition), leitura de documentação impressa ou dactilografada em caracteres comuns, sem a intervenção de outrem e, por outro, os habilita a produzir a sua própria documentação, em condições de acessibilidade tanto para deficientes visuais como para normovisuais.

5 - Face à fragilidade da situação suscitada, impõe-se a criação de uma Entidade Oficial que disponha de meios e força legal que lhe permitam coordenar, no seu todo, os serviços que têm por função desenvolver actividades a favor da formação intelectual dos indivíduos com deficiência visual e, visando a tomada de medidas muito concretas e práticas, analisar, em todas as suas vertentes, a multifacetada problemática da tiflologia portuguesa.

Oxalá que as transformações que se têm vindo a operar nos últimos tempos, no que concerne à modernização dos meios de produção e dos processos de difusão da informação, continuem em ritmo mais acelerado, e que a Comissão Coordenadora dos Organismos produtores de materiais audiotácteis e dos prestadores de serviços de leitura que foi criado no seio do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, para ficar a funcionar sob a égide do Secretariado Nacional de Reabilitação, seja a célula geradora de outra realidade mais confortante para todos.